



## A CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DOS PROFESSORES DOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE TRABALHO COMO ATIVIDADE FUNDANTE DO SER SOCIAL

**Arte, cultura e educação: identidade e memória**

*Camila Trindade (trindadecami@gmail.com)<sup>1</sup>*

### **1. Introdução**

Os estudos que possuem como objetivo investigar os processos identitários dos trabalhadores, segundo Stecher (2011) devem sempre problematizar as configurações, as origens das formas e espaços de trabalho e neste caso também as relações que se estabelecem nos contextos de trabalho.

Tendo em vista isso, o presente estudo tem como objetivo analisar e discutir a constituição dos processos identitários dos professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental a partir dos relatos sobre as suas atividades de trabalho. Este trabalho é um segmento dos resultados e discussões da pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande, intitulada "Trabalho Docente nos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos" desenvolvido ao longo do ano de 2015.

Os pressupostos utilizados para a fundamentação teórica e metodológica do estudo foram baseados na abordagem sócio-histórica, que visa compreender a constituição tanto dos sujeitos quanto dos processos em questão, a partir de seus fundamentos e movimentos históricos, sociais e culturais. Para a realização do trabalho, foi realizado uma revisão bibliográfica sobre a temática em questão e entrevistas semiestruturadas com uma professora do primeiro ano, uma professora do segundo ano e outra professora do terceiro ano do Ensino Fundamental, que trabalham em uma mesma escola da rede pública municipal de educação da cidade do Rio Grande/RS. Sobre a análise dessas produções, optou-se pela técnica da análise de conteúdo, a partir

---

<sup>1</sup> Psicóloga graduada na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.



## IV Colóquio de História da Educação

da qual foram realizadas leituras e releituras das entrevistas e foram definidas categorias de análise. Tendo em vista que o presente trabalho é um segmento da pesquisa, aqui serão apresentadas e discutidas apenas alguns aspectos que atendam os propósitos do presente trabalho.

### 2. Desenvolvimento

Identidade segundo Ciampa (1984, p.61) é “uma totalidade contraditória, múltipla e mutável” que se constitui a partir da relação que os sujeitos estabelecem entre si. Pode-se dizer ainda que a identidade embora se constitua na relação com o outro, ela mantém a sua especificidade – particularidade. Neste sentido, o autor destaca que trata-se do “reconhecimento de que é o próprio de quem se trata; é aquilo que prova ser uma pessoa determinada, e não outra” (CIAMPA, 2007, p.137).

Essa concepção de identidade desenvolvida pelo autor, se contrapõem há tendência de identidade evidenciada na modernidade. Tendência que procura enfatizar a “representação e construção do eu como sujeito único e igual a si mesmo e o uso desta como referência de liberdade, felicidade e cidadania, tanto nas relações interpessoais como intergrupais e internacionais.” (SAWAIA, 2011, p.121).

Articulado há essa concepção de identidade em quanto processo individual, desenvolveu-se a ideia de identidade a partir da atividade de trabalho. Como destaca Sawaia (2011) o “uso do trabalho como definidor de identidade humana, [...] adquiriu muita força e se incorporou á legislação brasileira no período colonial” (p.126). Tendo em vista isso, pretende-se no presente trabalho construir justamente uma análise inversa há essa sobre as relações entre o trabalho e identidade. Deste modo busca-se compreender por meio do trabalho quais elementos são constitutivos dos processos identitários.

Assim, para iniciar a discussão do trabalho das professoras dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, partiu-se de uma significativa mudança que ocorreu na Educação Básica. Tendo essa como sua expressão máxima a Lei nº 11.274 de 2006, que teve como objetivo efetivar à ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, incluindo assim os alunos de seis a quatorze anos no mesmo. Essa Lei para além de reorganizar a estrutura do ensino, implicou também na própria reorganização do tempo e espaço escolar e deste modo no trabalho docente. As professoras entrevistadas,



## IV Colóquio de História da Educação

afirmaram que foi principalmente a partir dessa nova reestruturação do ensino e também devido ao modo como o papel da escola é compreendido pelas famílias dos alunos, que elas passaram a ter que assumir outras funções que não competem a sua formação em quanto docentes. Como observa-se nos seguintes relatos das professoras do primeiro e segundo ano:

Hoje atualmente não! Estão deixando tudo para o professor! [...] O professor tem que ensinar tudo! Desde o básico, né até para ir ao banheiro, ah... então... (Professora do 1 ano).

Eu acho que está cada vez mais difícil, por que no fim tu não sabe o que tu vai preparar, porque tu tem uma turma muito misturada, né. [...] E ai tu acaba não sabendo o que preparar para os que já estão alfabetizados, que estão a mil e querem... com aquela sede de aprender. E tu tem que tentar resgatar aqueles que vem, cheios de dificuldade do primeiro ano e ai eu acho que a aprovação automática veio... (Professora do 2 ano).

Esses elementos destacados constituem claramente o processo de intensificação do trabalho docente, o qual se expressa por meio da ampliação da jornada de trabalho e a ampliação das responsabilidades que os professores passam a ter que assumir na escola (OLIVEIRA, 2006). E para além disso, expressam também como é constituído os papéis esperados e assumidos pelas professoras diante de sua função, sendo que isso também implica na constituição subjetiva das professoras frente a sua atividade de trabalho.

Relaciona-se ainda a esse papel socialmente esperado dos professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, as características que esses professores devem possuir que o tornam particulares em relação aos outros professores. Assim, sobre essa questão as professoras afirmaram que primordialmente esses professores devem gostar da atividade que desenvolvem e sempre serem proativos para o desenvolvimento do trabalho.

Olha primeiro tem que gostar do que faz, né! Tá! Tem que estar bem de que método vai ser trabalhado! E tem que buscar sempre conhecimento, tem que sempre ir atrás em busca de aprimorar de procurar... tem que ser muito criativo! (Professora do 1 ano).

Ele tem que gostar daquilo que ele faz, em primeiro lugar... Ele tem que ser extremamente afetivo e acolhedor! Né, porque não é só a questão da aprendizagem, a gente trata com crianças, ele precisa ter esse jogo da imaginação, ser imaginativo... brincar, ele precisa saber brincar... (Professora do 3 ano).



## IV Colóquio de História da Educação

Essa concepção de pro-atividade do trabalhador diante do seu processo de trabalho, para além de permear os trabalhadores da educação, têm-se mostrado como uma exigência do trabalho na sociedade capitalista atual. Como afirma Stecher (2011), ao analisar as relações entre os processos identitários e o sistema capitalista, o autor afirma que:

En este emergente escenario cultural se afirma como valor principal la autonomía y la autorrealización personal, y cada individuo es mandado a construir su propia vida desde su particular posición em el desigual orden social. Se expande de este modo um imaginário cultural em el que cada individuo tendría la responsabilidad de forjarse a sí mismo.” (Stecher, 2011, p. 215).

Acrescenta-se ainda, que diante desse processo aonde cada vez mais os trabalhadores devem se forjar à si mesmo, como afirma o autor, os mesmos como as professoras enfatizaram, devem sentir prazer na atividade que desenvolvem.

Outra característica deve ainda ser considerada do trabalho dos professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, segundo as entrevistadas, se refere a permanente formação e atualização profissional. Para se referir sobre essas formações, as professoras mencionam as atividades de formação continuada ofertadas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa<sup>2</sup>:

Para ter uma experiência nova, um conhecimento novo, que eu estou sempre buscando me aprimorar né. (PROFESSORA DO 2 ANO).

Olha em questões práticas até que foi bem legal assim, eu consegui aproveitar bastantes coisas, das questões práticas, dos livros, dos jogos que envolvendo no caso a língua portuguesa que a gente fez, isso que consegui aproveitar. Mas a parte teórica assim é que era mais chato, porque tu já viu... tu já vê, poxa tu passa quatro, cinco anos em uma universidade vendo a mesma coisa e aí tu vai para um curso de formação onde tu precisa de coisas práticas, que te ajudem na sala de aula... tu tem que ver a prática de novo, então é bem cansativo. (PROFESSORA DO 2 ANO).

O trabalho docente das professoras, situa--se sob a lógica do sistema capitalista e que no mesmo os modos de regulamentação sociais no sistema capitalista vão além das

---

<sup>2</sup> O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012, p.11) “é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental” e envolve diferentes frente de atuação, entre essas a formação continuada de professores.



## IV Colóquio de História da Educação

transações do mercado, incluindo assim também, os modos de viver e se expressar nessa sociedade. Sendo que os princípios de regulação social são baseados no “individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da auto expressão, a busca de segurança e identidade coletiva a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual” (HARVEY, 2006, p.118). Ou seja, são relações sociais e psicológicas que constituem os sujeitos e por consequência suas identidades em função de uma sociedade voltada ao consumo.

### 3. Considerações Finais

Compreendendo que a constituição dos processos identitários dos sujeitos da classe trabalhadora se estruturam a partir das relações que se estabelecem nos espaços e tempos de trabalho, pode-se observar que a construção da identidade dos professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental se estrutura a partir da própria lógica identitária firmada pelo sistema capitalista. A pró-atividade do trabalhador, o gosto pelo trabalho, o trabalhador com múltiplas funções e a busca intensa por aprimoramento de conhecimentos se evidenciaram como elementos que compõem o trabalho dos professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Sendo que estes processos representam os principais eixos que sustentam a formação do trabalho e da identidade da totalidade da classe trabalhadora no sistema capitalista.

### 4. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do pacto: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece.** Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.274/06, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial**, Brasília, 6 fev. 2006.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história de Severina.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.



## IV Colóquio de História da Educação

CIAMPA, A. C. Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento** (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OLIVEIRA, D. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-228, dez. 2006.

SAWAIA, B. B. Identidade: uma ideologia separatista? Em: SAWAIA, B.(org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2004.

STECHEER, A. Transformaciones del trabajo y procesos identitários em el “nuevo” capitalismo: notas para una discusión em el contexto latinoamericano. In: Medrado, B.; Galindo, W. (Orgs.). **Psicologia Social e seus movimentos**: 30 anos de ABRAPSO (pp. 207-232), Recife: ABRAPSO/Ed, 2011.